

EVITANDO O DEBATE PÚBLICO: OS INTELLECTUAIS UNIVERSITÁRIOS NOS EUA DO PÓS-GUERRA

João FERES JÚNIOR¹

Jean Lacouture comentou com muita propriedade que esses atos, e os documentos produzidos para justificá-los, revelam simplesmente que os líderes americanos se investem do direito de atacar onde e quando querem. Eles revelam, em verdade, que esses líderes vêem o mundo como uma propriedade dos EUA, para ser governado e organizado de acordo com a superior sabedoria americana e controlado, se necessário, pelo poder americano.

Noam Chomsky. *American Power and the New Mandarins* (1968)

Em artigo recente, publicado na revista semanal *The New Yorker*, o jornalista Seymour M. Hersh (2003) discute de maneira reveladora a hegemonia ideológica exercida pelos adeptos do filósofo Leo Strauss no pensamento estratégico desenvolvido dentro da administração George W. Bush. Strauss foi um filósofo político alemão de ascendência judaica que, fugindo da perseguição nazista, imigrou para os EUA em 1937, indo se fixar na cátedra da Universidade de Chicago (1949-68), onde se tornou um dos intelectuais mais influentes nos meios acadêmicos de história do pensamento político e teoria política daquele país. Antes de ocuparem cargos-chaves na administração Bush, os straussianos já haviam conquistado o *mainstream* dentro da teoria política, uma subdisciplina da ciência política americana.²

Seguindo as orientações do mestre, os adeptos de Leo Strauss são geralmente críticos à democracia de massas e tendem a ver a opinião pública como um fator de degeneração da verdadeira virtude política – cujo conhecimento, segundo eles, repousa nas mãos de uma elite intelectual. Daí sua aversão ao debate público e sua predileção por manipular a opinião pública por meio da criação de fatos e informações que escondem os verdadeiros propósitos e pressupostos da política governamental.

¹ Professor Associado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – 22260-100 – Rio de Janeiro – RJ.

² Uma análise dos artigos de teoria política publicados recentemente nas principais revistas de ciência política daquele país mostra a dominância de autores e abordagens straussianas. (FERES JR. 2001)

Apesar de suas táticas e concepções extremas – e também preocupantes mesmo do ponto de vista daqueles que, como nós, somos afetados indiretamente por suas ações – os straussianos não constituem em si uma exceção na história da intelectualidade americana, pelo menos do ponto de vista que nos interessa aqui, que é o de uma relação próxima e, às vezes, promíscua entre intelectual acadêmico e intelectual de Estado que passa ao largo do debate público. Nesse artigo, examinamos um pouco da história das relações entre academia e serviço público nos EUA no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de ressaltar as qualidades individuais dos principais intelectuais desse período, tentamos identificar os fatores institucionais e políticos que contribuíram para a consolidação de um trânsito entre o discurso especializado da academia e e ações políticas que, às vezes, passaram ao largo do debate público.

Antes de entrarmos na história intelectual, ou melhor, na história sócio-política da intelectualidade americana no pós-guerra, examinamos brevemente alguns aspectos da história dos conceitos de “intelectual” e “intelectual público” na língua inglesa.

Introdução: breve história dos conceitos

A história do conceito de *intellectual* em inglês oferece pistas promissoras para começarmos a explorar o assunto que nos ocupa aqui. A palavra **intelectual** aparece na língua inglesa somente ao final do século XIX. Até então, os falantes da língua utilizavam termos de significado aproximado, como *thinker* (pensador), mas não tinham um termo que se aproximasse da carga semântica posteriormente projetada sobre **intelectual**. O termo foi importado do francês (*intellectuel*), e parece ter sido usado pela primeira vez em inglês em textos que comentavam o caso Dreyfus – onde a acusação e condenação por traição³, e posterior perdão, do capitão francês Alfred Dreyfus tornou-se tema de um debate público aguerrido entre a esquerda anti-militar e anti-clerical e setores nacionalistas, católicos e anti-semitas daquele país. Naquele contexto, *intellectuel* foi usado pelos ideólogos conservadores franceses para se referir de maneira pejorativa ao campo adversário, do qual fazia parte, ente outras figuras públicas da época, o escritor Emile Zola. O termo era então associado à fraqueza de caráter, niilismo e adoção de valores universais que violavam os interesses concretos do povo e da nação (TOLSON 2002).

No início de sua “vida” em inglês, **intelectual** era usado somente em referência a estrangeiros. Possivelmente associado à militância de esquerda, o termo não raro era usado entre parênteses (como é o caso do *The New York Times* até muito recente-

³ Dreyfus foi condenado em 1894.

mente), o que serve para indicar sua origem estranha à língua (BURKE, 2003). Em uma pesquisa feita por nós no *Academic Search Premier* do EBSCO – a mais ampla base de dados de textos acadêmicos em inglês, contendo mais de 4 mil periódicos – mostra que ainda nas décadas de 1940 e 1950 o termo não era usado com frequência. Na maioria dos textos encontrados, **intellectual** denota capacidade cognitiva, inteligência. Nas raras exceções encontradas, **intellectual** foi usado como adjetivo para os substantivos como *life* (vida) e *history* (história), mas não como substantivo em si. Os primeiro texto da base de dados onde o termo aparece como substantivo data de 1967 (KRISTOL, 1967). Já na década de 1970, o termo passa a ser amplamente empregado em textos acadêmicos de várias disciplinas.

Em termos semânticos, podemos dizer que o termo *intellectual* se tornou gradativamente mais corrente no inglês cotidiano. Contudo, ele ainda carrega alguns conotações pejorativas, como afetação, excesso de sofisticação, arrogância e falta de praticidade (ELSHTAIN, 2001). Dado esse perfil do conceito de *intellectual*, o que dizer do termo *public intellectual*?

Segundo alguns autores, essa expressão só aparece na língua inglesa nos anos 1980 (BURKE, 2003). Nossa pesquisa no *Academic Search Premier* revela dois artigos publicados em inglês em 1989, mas eles são de origem canadense. O primeiro artigo produzido nos EUA encontrado em nossa pesquisa, que contém a expressão, foi publicado em 1993, em uma revista de esquerda, *New Republic* (BOYER, 1993). Nesse caso, *public intellectual* significa intelectuais de esquerda. Mesmo que, em retrospectiva, alguns autores chamem personalidades do passado, como John Dewey e Ralph Waldo Emerson, de *public intellectuals*, é importante notar a entrada tardia de tal expressão no léxico da língua inglesa (HALLIBURTON, 1997).

Na sessão seguinte, examinaremos o contexto do pós-guerra nos EUA, onde mecanismos institucionais estatais e privados contribuíram para barrar a participação de intelectuais no debate público, seja por meio de incentivos ou da limitação de sua capacidade de expressão.

Intelectuais em tempos de guerra

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, os meios acadêmicos de ciências sociais dos EUA foram varridos por uma onda de cientificismo. Na ciência política, os adeptos mais fervorosos do cientificismo reuniam-se sob a bandeira da revolução behaviorista.⁴ Segundo um de seus adeptos mais entusias-

⁴ Essa é uma tradução do termo *behavioralist* em inglês. A opção por tal termo de sonoridade um pouco esdrúxula justifica-se pela necessidade de se distinguir esse movimento da psicologia comportamental liderada por B. F. Skinner (1974), cujo nome é *behaviorism*.

mados, a única característica comum que unia todos os behavioristas era a adoção de uma “abordagem científica”: a convicção de que uma teoria sólida só existe quando amparada por dados empíricos sólidos (DAHL, 1972). Essa avaliação assaz econômica pode ser enriquecida por outros aspectos comuns ao movimento. Os behavioristas rejeitavam a produção sócio-científica que lhes precedeu, acusando-a de ser muito formalista, presa ao estudo de leis, constituições e documentos oficiais. A teoria política “tradicional” também foi atacada por esses autores, por basear-se em métodos interpretativos e análise conceitual – modalidades do pensamento que não produziam as certezas científicas buscadas pelos behavioristas. Alguns dos mais influentes cientistas sociais que integraram o movimento emprestaram da filosofia da ciência de Karl Popper o princípio de que, para ser científica, uma teoria deve necessariamente estar aberta a falsificação por meio de testes empíricos (EASTON, 1953; GUNNELL, 1986; LERNER, 1967; WEINER, 1966)⁵. Por fim, havia uma propensão, comum aos autores do movimento behaviorista, de se eleger o comportamento individual como unidade de análise precípua do trabalho sócio-científico.⁶

A sociologia, por sua vez, também passou por um processo semelhante de busca do cientificismo nos pós-guerra. A imigração para os EUA de intelectuais perseguidos pelo nazismo contribuiu para uma maior recepção da obra de Max Weber naquele país, seja indiretamente, pela influência do sociólogo na obra dos adeptos da escola de Frankfurt, ou diretamente, como é o caso de Hans H. Gerth, imigrante que foi, junto com os influentes sociólogos americanos C. Wright Mills, pioneiro na tradução das obras de Weber para a língua inglesa (OAKES & VIDICH, 1999). Mas a colaboração dos imigrantes é pequena quando comparada à importância que Talcott Parsons teve na recepção da obra de Weber, seja como tradutor, seguidor e crítico.⁷ Assim como o behaviorismo na ciência política, o Weberianismo na sociologia elegia o comportamento individual como unidade de análise.⁸ Ademais, através de uma interpretação deveras superficial dos princípios de filosofia das ciências sociais preconizados por Weber, a sociologia americana de vertente weberiana acreditava ser possível produzir conhecimento objetivo sobre os valores culturais que orientam

⁵ “In ‘*The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*’, Daniel Lerner defends the ‘scientificity’ of his theoretical model, boasting about its openness to falsification through empirical testing” (LERNER, 1967). Myron Weiner introduces a volume he edited and co-authored with key modernization authors celebrating the fact that social scientists “do seek to make their hypothesis precise and testable” (1966).

⁶ A idéia de que as ciências sociais devam se restringir à explicação do comportamento humano não é propriamente uma inovação do pós-guerra. Acadêmicos norte-americanos como Arthur F. Bentley já defendiam essa causa desde o começo do século XX. Ver Bentley (1908).

⁷ Durante seu doutoramento em Heidelberg, concluído em 1927, Parsons estudou com Weber.

⁸ Esse individualismo metodológico não impediu que em ambos os movimentos a idéia de sistema fosse articulada, por exemplo, pelo próprio Parsons (1951) na sociologia, e pelo cientista político David Easton (1953), um dos fundadores do behaviorismo.

o comportamento humano, isto é, conhecimento que não fosse “poluído” pelas inclinações valorativas do pesquisador.

Assim como na sociologia, o cientificismo na ciência política também preconizava a neutralidade em relação a valores. Por meio da combinação de elementos da filosofia da ciência neo-positivista com a tradição empiricista já existente na academia americana, os behavioristas postularam que o conhecimento das coisas humanas deveria ser impermeável aos liames subjetivos que ligam o pesquisador a valores culturais e políticos (GUNNELL, 1988; 1993). O texto “Ciência como Vocação” de Max Weber era citado pelos adeptos do cientificismo para reforçar o princípio de que os cientistas sociais devem se abster de expressar seus valores em público e não deixar que eles interfiram em seu trabalho acadêmico (PACKENHAM, 1992).

Ironicamente, mas não sem razão, a cruzada cientificista pela neutralidade em relação a valores ocorreu paralelamente ao aumento do envolvimento de intelectuais americanos com programas e instituições governamentais. Já durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas sociais foram recrutados pelo governo para produzir estudos sobre as conseqüências psicológicas da guerra, na população e no campo de batalha, e também para fornecer conhecimento especializado sobre regiões e países estrangeiros (BERGER, 1995; WINKS, 1987). Um documento produzido em 1943 pelo *Committee on World Regions* do *Social Science Research Council* começa com as seguintes considerações:

A guerra que agora se desenrola tem dirigido nossa atenção, como nunca antes, para o mundo inteiro. O interesse por regiões estrangeiras intensificou-se e uma atenção imensa tem sido direcionada a áreas as quais tínhamos pouco ou nenhum interesse prévio. A necessidade imediata de cientistas sociais que têm conhecimentos sobre essas áreas do mundo só é inferior à demanda por militares que estejam familiarizados com as zonas onde a guerra agora se desenrola ou pode a vir se desenrolar.⁹

Ao avaliar o envolvimento de cientistas sociais na guerra em 1946, William Nelson Fenton, da *Smithsonian Institution* declarou:

A guerra e as forças armadas compeliram os acadêmicos a estudar geografia e a aprender mais sobre os ‘povos esquisitos’¹⁰ do mundo. Devemos esperar uma demanda nunca antes vista por essas matérias no currículo do pós-guerra, e não seria de espantar se cursos de antropologia e geografia se tornarem desproporcionalmente difundidos.¹¹

⁹ Originalmente em Wallerstein (1997).

¹⁰ “*Funny people*” no original em inglês.

¹¹ Originalmente em Wallerstein (1997).

A previsão de Fenton antecipa, acertadamente, a realidade que veio a se instaurar com o começo da Guerra Fria. Com o advento desse novo conflito de escala verdadeiramente global, os EUA embarcaram em uma batalha ideológica e geopolítica cuja magnitude excedia em muito as capacidades administrativo-burocráticas do Estado americano de então. Ao mesmo tempo, as empresas privadas americanas começaram a espalhar seus negócios por todo o mundo, criando assim uma demanda adicional por conhecimento especializado em relações exteriores e povos estrangeiros. A universidade era a fonte mais óbvia de pessoal e conhecimento para atender essas demandas. Como escreveu o presidente do *Committee on World Area Research* do *Social Science Research Council*, Robert B. Hall, em 1947:

Aqueles que acreditam firmemente nessa idéia [de que os estudos de área tem importância geopolítica], argumentam que as universidades tem uma obrigação para com a nação. O bem-estar nacional no pós-guerra requer, mais do que nunca, que os cidadãos estejam bem informados sobre os outros povos e que, portanto, um vasto conhecimento acerca deles seja criado.¹²

Contudo, ao fim da guerra, o sistema universitário americano não tinha infraestrutura e pessoal treinado para assumir essas novas obrigações, isto é, ele precisava ser ampliado e reformado. Essas tarefas exigiam recursos de vulto, que foram proporcionados pelo aumento do financiamento à pesquisa por meio de agências públicas de fomento, fundações particulares e contratos diretos entre universidades e órgãos públicos e empresas privadas.¹³ Porém, no contexto americano do começo da Guerra Fria, essa nova atitude em relação ao papel geopolítico da universidade não se implantou sem resistências.

A articulação política em favor do aumento do financiamento público do sistema universitário levou à apresentação no Congresso americano do projeto de lei (*bill*) Magnuson-Kilgore já em 1945, que propunha a criação do *National Science Foundation* e incluía provisões para a criação de uma divisão especial para as ciências sociais. Depois de um longo processo de discussão durante o qual os congressistas ouviram depoimentos de acadêmicos e funcionários do governo, a *NSF* foi finalmente criada por lei federal e aprovada pelo presidente Harry Truman em maio de 1950. Contudo, em sua versão final a criação da divisão para as ciências sociais

¹² Originalmente em Wallerstein (1997).

¹³ A coleção mais completa de estudos sobre o papel das fundações no financiamento das ciências sociais norte-americanas durante a guerra fria encontra-se em Arnove (1982). Sobre o mesmo assunto ver também Berman (1983), Horowitz (1971), McCaughey (1984) Lowen (1997) e Chomsky (1968), e Rebecca S. Lowen's *Creating the cold war university*. (CHOMSKY 1968) Ver também o excelente trabalho sobre a penetração dos interesses da Guerra Fria nas universidades estadunidenses de Simpson (1998), e o trabalho pioneiro de Berger (1995) sobre a influência da agenda da Guerra Fria nos *Latin American studies*.

foi descartada. Entre os opositores da criação dessa divisão estava o deputado de Ohio, Clarence Brown, que declarou ser contrário ao financiamento de uma organização para que “um monte de mulheres com cabelos curtos e homens com cabelos compridos se intrometessem nos assuntos privados da vida dos outros”.¹⁴ A citação é anedótica, mas de alguma maneira exprime a falta de credibilidade que as ciências sociais tinham perante setores da sociedade americana, principalmente quando comparadas às ciências naturais, que tinham produzido a bomba atômica e outras maravilhas tecnológicas que ajudaram o país a vencer a guerra.

O movimento cientificista nas ciências sociais serviu então como instrumento retórico na disputa com as ciências naturais por recursos. Ou seja, para uma comunidade de clientes composta de políticos, homens de negócio e burocratas, os cientistas sociais queriam mostrar que eram capazes de produzir conhecimento com precisão e utilidade comparáveis àqueles produzidos pelas ciências naturais. No texto em que comenta o debate em torno da criação da *NSF*, Terence Ball identifica a forte presença de argumentos cientificistas nos depoimentos de cientistas sociais no Congresso, entre eles, do presidente da *American Political Science Association*, John M. Gauss (1993). Como acrescenta Ball, a resistência ao financiamento público direto das ciências sociais não tardou a ser rompida. As fundações aumentaram continuamente seu investimento nessa área após a guerra e as agências do governo continuaram a comprar serviços e projetos sócio-científicos das universidades.¹⁵ Em 1954, a *NSF* finalmente aprovou a criação de sua *Social Science Division*.

Outro fator que contribuiu para o aumento do fluxo de recursos para a pesquisa universitária foram as redes de relacionamento pessoal e profissional estabelecidas entre os cientistas sociais que serviram o governo americano durante a guerra (BALL, 1993; BERGER, 1995). Durante a guerra, somente no *Office of Strategic Services* (OSS) – agência que mais tarde se transformaria na *Central Intelligence Agency* (CIA) – trabalharam intelectuais de enorme influência como o “papa” da teoria da modernização, Walt Whitman Rostow, sete presidentes da *American Historical Association*, filósofos ligados à Escola de Frankfurt, como Franz Neumann, Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse, os economistas Paul Baran e Paul Sweezy, os sociólogos Barrington Moore Jr. e Edward Shils, os historiadores Crane Brinton, Gordon Craig, Felix Gilbert, Hajo Holborn, Leonard Krieger, Carl E. Schorske, L. S. Stavrianos, Arthur M. Schlesinger Jr. e W. Norman Brown e o presidente da *American*

¹⁴ Originalmente citado em Ball (1993).

¹⁵ As instituições privadas que mais contribuíram para o financiamento da pesquisa em ciências sociais, particularmente nas áreas de relações internacionais e estudos de povos e países estrangeiros, foram a *Carnegie Foundation*, *Rockefeller Foundation* e a *Ford Foundation*. Enquanto que as duas primeiras já financiavam esse tipo de pesquisa antes da guerra, a *Ford Foundation* passou a fazê-lo somente no início dos anos 1950, rapidamente tornando-se líder nacional nesse tipo de atividade. Só no ano de 1960, a instituição doou 646 milhões de dólares para a pesquisa acadêmica (MCCAUGHEY, 1984).

Political Science Association Evron Kirkpatrick, que manteve ligações com a CIA depois que a OSS foi extinta (BERGER, 1995, p.70). Segundo o historiador Lewis Hanke, a maioria dos latino-americanistas de então tiveram algum envolvimento no esforço de guerra (MILLIKAN & BLACKMER, 1961).

E o envolvimento de intelectuais com o governo continuou durante a Guerra Fria.

Historiadores, cientistas políticos e especialistas em relações internacionais estabeleceram laços mais fortes com o governo americano durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, durante a Guerra Fria do que qualquer outra disciplina acadêmica, com exceção da física. Essas ligações evoluíram de várias maneiras e, mesmo que nem todos historiadores e cientistas políticos tenham participado, os altos escalões de profissionais das duas disciplinas foram extremamente bem representados. Muitos assumiram postos em agências governamentais em tempo integral, outros contribuíram em tempo parcial ou de forma irregular, e muitos outros deixaram com que os ‘imperativos’ geopolíticos da Segunda Guerra e da Guerra Fria influenciassem seus trabalhos. (BERGER, 1995, p.70)

É claro que a falta de intelectuais públicos durante a Guerra Fria não pode ser explicada somente pelas vantagens conferidas àqueles que preferiram trabalhar “junto” ao governo. Havia também um clima geral de repressão e censura àqueles que se mostravam publicamente contrários às políticas do Estado americano. O símbolo máximo dessa repressão foi o senador republicano do estado de Wisconsin Joseph Raymond McCarthy, que ao assumir o comando do *Senate Permanent Investigations Subcommittee*, em 1952, deflagrou uma campanha de terror anticomunista, de grande impacto midiático, que envolvia a denúncia e interrogatório de funcionários do governo e figuras da sociedade civil suspeitas de colaboração com o “inimigo”. Após levar várias carreiras à ruína, McCarthy foi finalmente destituído de seu posto em 1954. Contudo, esse clima de terror contaminou as instituições e a sociedade americana como um todo, multiplicando os casos de perseguição ideológica em empresas privadas e, principalmente, no sistema universitário (LOWEN, 1997; RICHARDS, 1986; SANDERS, H., 1979; SANDERS, J. 1979) – que como vimos tinha se tornado muito dependente de verbas controladas por interesses governamentais e privados.

Em suma, no contexto nacional que se desenhou no início da Guerra Fria, nos EUA, havia um grande incentivo para que os cientistas sociais se tornassem *defense intellectuals* ou *policy scientists*¹⁶ – um termo cunhado por Harold D. Lasswell, uma

¹⁶ Noam Chomsky prefere uma expressão mais provocativa: “*New Mandarins*”. Chomsky (1968).

das figuras mais proeminentes da revolução behaviorista (BALL, 1993; MCCAUGHEY, 1984; NOVICK, 1988). Resta-nos saber qual o tipo de conhecimento sócio-científico produzido por esses intelectuais e que tipo de *policy* eles ajudaram a elaborar.

Abordagens sócio-científicas e seus projetos

Durante o *boom* da pesquisa sócio-científica no pós-guerra, uma abordagem se tornou dominante dentro das ciências sociais que se dedicam ao estudo dos povos e regiões estrangeiras: a teoria da modernização. Os liames que unem a teoria da modernização com o *policymaking* governamental se refletem nas biografias de seus autores mais influentes. W.W. Rostow é um exemplo. Segundo a comentadora Aida Foster-Carter, seu livro, *Stages of Economic Growth: a non-Communist manifesto* (1960) “produziu mais debates do que qualquer outra contribuição e é certamente o modelo de desenvolvimento mais amplamente conhecido, dentro e fora da profissão” (1976, p.172). Segundo o economista Lincoln Gordon – outro *policy scientist* que integrou a *Latin American Task Force* no governo Kennedy e mais tarde serviu como embaixador no Brasil, membro da administração Kennedy –, durante os anos 1960 “o pensar nos círculos acadêmicos e governamentais foi profundamente influenciado por *Stages of Economic Growth*” (1988).

Rostow foi o arquétipo do *policy scientist*. Nos anos 1950 ele trabalhou para o *Center for International Studies (CIS)* do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* – um *think tank* criado em 1952 que recebia recursos vultuosos da CIA, das fundações Ford e Rockefeller.¹⁷ O *CIS* congregava sociólogos, economistas e cientistas políticos e tinha o objetivo expresso de promover pesquisas interdisciplinares que servissem como guia à política externa americana. De fato, porém, essas pesquisas visavam proporcionar aos *policymakers* americanos uma maior controle sobre sociedades do Terceiro Mundo que estivessem atravessando um processo de modernização (BERGER, 1995; LATHAM, 2000) – aquilo que no jargão da teoria da modernização se convencionou denominar sociedades em transição (*transitional societies*).

Em menos de quatro anos de existência o *CIS* já empregava mais de setenta pessoas, entre eles especialistas em política externa, professores visitantes e pós-

¹⁷ Ver McCaughey (1984) para uma comparação entre os recursos angariados pelo *Center for International Studies* e os de outras instituições similares nos EUA. Sobre as fontes de financiamento da instituição ver Latham (2000, p.205). Para uma lista extensa das instituições acadêmicas americanas que recebiam verbas do governo e das fundações para fazerem pesquisas ligadas a temas da Guerra Fria ver Klare (1970).

doutorandos, tornando-se assim o mais importante centro propagador da teoria da modernização, tanto em meios acadêmicos como governamentais. Como nota Latham com certa ironia, apesar de ser completamente dependente de demandas e verbas estatais e assumir explicitamente a modernização como um objetivo político, o CIS produziu estudos que se propunham objetivos e independentes de valores (2000).

Entre outros produtos do trabalho realizado *Center for International Studies* do MIT temos o livro *The Emerging Nations: their Growth and United States* (1961), organizado pelo economista Max F. Millikan¹⁸ e pelo cientista político Donald L.M. Blackmer¹⁹. Esse livro conta com a colaboração de figuras proeminentes da teoria da modernização como Rostow, Everett E. Hagen, Daniel Lerner, Paul Rosentein-Rodan²⁰ e Lucian Pye²¹ – todos empregados no CIS. O texto, que é assinado em conjunto por todos os autores, é de fato a transcrição de um programa preparado para a transmissão radiofônica para todo o mundo subdesenvolvido e/ou comunista pela *Voice of America* – que era transmitida em inglês e em línguas locais. A orelha do livro informa o leitor que além de trabalharem para o CIS, os autores ocuparam postos no governo e na academia.

Em 1961, Rostow e Millikan foram trabalhar diretamente para o governo de John F. Kennedy. Rostow serviu primeiro como *national security advisor* e depois como presidente do *Policy Planing Council* do Departamento de Estado. Durante esse tempo, ele esteve em estreita colaboração com a *Latin American Task Force* – um grupo de intelectuais e burocratas que assessorou o presidente na elaboração de políticas para deter o avanço do comunismo na América Latina, entre elas a famosa Aliança para o Progresso (LATHAM, 1998).

¹⁸ Millikan estudou no *California Institute of Technology* e em Yale, onde se doutorou em economia em 1941. Em 1952, tornou-se diretor do *MIT Center for International Studies* e professor de economia no *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*. Trabalhou em várias agências governamentais como a *OPA*, a *War Shipping Administration* e o Departamento de Estado e a *CIA*, da qual foi diretor assistente de 1951 a 1952. Mesmo durante sua estadia no *MIT*, trabalhou em várias consultorias para o governo. Em abril de 1961, Millikan foi nomeado conselheiro do presidente John F. Kennedy para a reorganização do programa de ajuda internacional (WEINER, 1966).

¹⁹ Blackmer trabalhou para a *US Army intelligence* na Europa, antes de retornar a Harvard onde se diplomou no Programa de Estudos sobre a União Soviética. Em 1956, ele passou a integrar os quadros do *MIT Center for International Studies* como Assistente Executivo do Diretor, e mais tarde se tornou Diretor Assistente da instituição (WEINER, 1966).

²⁰ Doutorado na Universidade de Viena, Paul N. Rosenstein-Rodan tornou-se diretor assistente do departamento de economia do *World Bank* em 1947, em Washington. Posteriormente, Rosenstein-Rodan ingressou no departamento de economia do *MIT* e também no *Center for International Studies*, onde assumiu o posto de diretor de pesquisas em programas de assistência na Itália e na Índia. Já durante o governo Kennedy, ele foi membro do Painel dos Nove da Aliança para o Progresso (WEINER, 1966).

²¹ O cientista político e professor do *MIT* Lucian W. Pye era também membro do *Center for International Studies*. Antes de se transferir para o *MIT*, Pye havia trabalhado por vários anos no *Center of International Studies* da universidade de Princeton. Além de ter sido presidente da *American Political Science Association*, Pye também presidiu o Comitê de Política Comparada do *Social Science Research Council*, uma instituição que tem enorme influência sobre a destinação de verbas de pesquisa acadêmica. (LATHAM, 2000).

O *Center for International Studies* do MIT é apenas um exemplo da promoção, por meio de financiamento público e privado, de intensa cooperação entre intelectuais da academia e o fazer de políticas públicas nos EUA. Em 1967, publicou-se um livro bem mais volumoso que *The Emerging Nations*, contendo outras contribuições de teóricos da modernização que também foram transmitidas pela *Voice of America*. Organizado por Myron Weiner, ele se intitulava *Modernization: the Dynamics of Growth* (WEINER, 1966). O importante é notar que, diferentemente de seu predecessor, *Modernization: the Dynamics of Growth* não foi o produto de uma só instituição acadêmica, mas sim o resultado da contribuição de vinte e cinco dos mais renomados cientistas sociais dos EUA, provenientes das principais universidades daquele país, entre elas, *MIT, Harvard, Columbia, Princeton, Yale, University of Chicago, Stanford, University of Pennsylvania, and Duke*. Isto é, temos aqui uma evidência cabal da grande penetração da agenda da política externa americana na academia, representada pela teoria da modernização. Ademais, as biografias dos autores, apresentadas ao início de cada contribuição, revelam, quase sem exceção, o envolvimento desses intelectuais com o Estado americano. Ou seja, a modernização se estabeleceu não somente como uma abordagem teórica, mas também como uma maneira muito próxima de se casar trabalho acadêmico e envolvimento em políticas públicas.

Uma das criações mais publicizadas da teoria da modernização foi a Aliança para o Progresso, lançada por Kennedy em 1962 com o objetivo explícito de promover o desenvolvimento econômico (capitalista) na América Latina. Em sua proposta inicial, a Aliança prometia, entre outras coisas, investir um total de 20 bilhões de dólares na região em um período de dez anos (LEVINSON & ONÍS, 1970; LATHAM, 1998)²². Contudo, sua implementação não correspondeu às expectativas criadas pelos seus criadores (HANSON, 1967; LEVINSON & ONÍS, 1970; McCALL, 1989). Já no governo Lyndon B. Johnson, o projeto da modernização foi paulatinamente substituído pelo apoio velado a ditaduras anti-comunistas como maneira mais eficaz de se combater a “ameaça vermelha”. Conseqüentemente, a Aliança entrou em declínio precoce.

²² A política externa de Kennedy não tinha somente o lado desenvolvimentista. Obviamente sem muita fanfarra, esse presidente foi responsável por um total redirecionamento da política de cooperação militar dos EUA com países latino-americanos. Enquanto que os governos republicanos precedentes, trabalhando com a hipótese estratégica de uma possível tentativa de invasão soviética no continente, concentravam a ajuda militar aos países do sul na aquisição e manutenção de equipamento militar pesado, Kennedy passou a financiar atividades de contra-guerrilha, inteligência e espionagem, além do programa conhecido como *Civic Action*, que incentivava militares latino-americanos a assumir tarefas civis, principalmente em áreas sob “risco revolucionário”. Com relação ao caso particular da política militar dos EUA em relação ao Brasil ver Huggins (1998).

É fato que a multiplicação dos *defense intellectuals* se deu sob a égide da modernização. Contudo, esse *modus operandi* de relação entre a academia americana e seus clientes privados e estatais sobreviveu ao seu contexto de criação. Isso pode ser notado já durante o governo Kennedy. Ao mesmo tempo em que alardeava a Aliança para o Progresso, Kennedy promovia de maneira mais velada uma reforma total da política de cooperação militar dos EUA com países do Terceiro Mundo. Enquanto que os governos republicanos que lhe precederam, trabalhando com a hipótese estratégica de uma possível tentativa de invasão soviética no continente, concentravam a ajuda militar a esses países na aquisição e manutenção de equipamento militar pesado, Kennedy passou a financiar atividades de contra-guerrilha, inteligência e espionagem, além do programa conhecido como *Civic Action*, que incentivava militares terceiro-mundistas a assumir tarefas civis, principalmente em áreas sob “risco revolucionário”.

Assim como a teoria da modernização, que escondia seus objetivos precípuos detrás de um otimismo desenvolvimentista, uma nova abordagem deu suporte a essa “nova” maneira de se conceber o papel dos militares no controle social e político doméstico: a teoria da estabilização política. Não se trata aqui de estabelecer a precedência entre idéia e fato, entre justificativa teórica e demanda geopolítica, o que nos interessa é notar a simultaneidade desses dois elementos. Intelectuais influentes da academia americana contribuíram para essa nova abordagem, entre eles, Samuel P. Huntington (1962; 1965; 1968), Lucian Pye (1962) e John J. Johnson (1962a; 1962b; 1964). Outros de menor envergadura também deram sua participação, como Wyckoff, Powell, Barber e McAlister.

O argumento principal defendido quase sempre explicitamente pelos teóricos da estabilização política é o de que a teoria da modernização falhou em propor o desenvolvimento econômico como único remédio contra o crescimento do comunismo, ignorando assim a necessidade de se promover o fortalecimento das instituições estatais durante o processo de desenvolvimento. Sem instituições fortes, o desenvolvimento econômico produz maiores demandas por participação sobre um sistema político que não tem capacidade de acomodá-las, e, portanto, cria-se a instabilidade política. Sem abrir mão totalmente da bandeira da modernização, esses autores defendem que os militares são a elite política mais adequada para garantir o sucesso do processo modernizador, dado que são educados segundo uma racionalidade técnica e moderna, e portanto mais aptos a empreenderem as reformas infraestruturais necessárias ao desenvolvimento, têm laços estreitos com os militares americanos, e são em sua maioria anti-comunistas. Estava criada aí a justificativa teórica para a cooperação com regimes militares golpistas. Infeliz-

mente, o Brasil foi uma das primeiras experiências “bem sucedidas” dessa nova diretriz político-acadêmica (PARKER 1977; 1979).

Nenhum produto da cooperação estreita entre Estado e academia foi mais ousado que o Projeto Camelot. Criado em 1964 pelo *Special Operations Research Office* (SORO) do Exército Americano, a iniciativa foi descrita em seu documento de fundação da seguinte forma:

O Projeto Camelot é um estudo cujo objetivo é desenvolver um modelo geral dos sistemas sociais que tornaria possível prever e influenciar aspectos politicamente significantes da mudança social nas nações em desenvolvimento do mundo. Mais especificamente, seus objetivos são: Primeiro, criar procedimentos para se mensurar o potencial de conflito interno dentro de sociedades nacionais; segundo, identificar com alto grau de confiança as ações que podem ser tomadas por governantes para aliviar as condições que possam gerar conflito interno; e finalmente, mensurar a possibilidade de se desenvolver um sistema para obter e usar as informações necessárias para satisfazer os dois objetivos anteriores... O plano presente inclui a instalação de um escritório na região alvo. (HOROWITZ, 1967)

Esse documento era de fato uma carta enviada pelo SORO a possíveis futuros colaboradores do meio acadêmico convidando-os para uma conferência de quatro semanas de duração, em agosto de 1965. No texto, os convidados são tratados pela alcunha de *behavioral scientists*, um termo que mostra como o cientificismo contribuiu para conferir à atividade sócio-científica uma aura de objetividade e precisão. Como podemos notar, os idealizadores desse projeto elegem a estabilidade política e não o desenvolvimento econômico como sua meta principal. Ou seja, em um curto espaço de tempo, o lado menos público da política externa idealizada por Kennedy mostrava ao que veio.

A história do Projeto Camelot revela muito pela radicalidade de sua proposta – que, ao contrário das abordagens acadêmicas que tentam esconder seus imperativos e pressupostos geopolíticos por trás de uma pretensa racionalidade científica, se propõe a usar as ciências sociais como instrumentos explícitos de uma política externa francamente imperialista²³ — e ainda mais pela maneira como ele foi abortado: exposição repentina à opinião pública. Contudo, essa exposição não se deu primeiramente nos EUA, mas sim no Chile. Hugo G. Nuttini, professor assistente de antropologia da Universidade de Pittsburgh de nacionalidade americana e origem chilena, tentou recrutar acadêmicos chilenos para o projeto. A notícia da criação de tal proje-

²³ O Brasil figurava na lista de países escolhidos para os ensaios piloto do projeto (HOROWITZ, 1967).

to correu a academia chilena causando uma forte reação nos setores de esquerda, que viam naquela proposta uma tentativa escandalosa de se institucionalizar o intervencionismo americano no Terceiro Mundo. O debate rapidamente passou para as páginas da imprensa chilena, forçando os membros da embaixada americana naquele país a tomarem posição em relação a Camelot. Confrontados com um escândalo que assumia proporções internacionais, os congressistas americanos iniciaram um inquérito que viria a por fim nas pretensões do SORO. Contudo, como assinala Horowitz, o que foi rejeitado nesse processo foi a competência do Departamento de Defesa em se imiscuir em assuntos de política externa que são da competência do Departamento de Estado, e não a idéia de se usar as ciências sociais para o controle político e social de povos estrangeiros (HOROWITZ 1967).

O que mais chama a atenção na breve história do projeto é o fato dele não ter resistido ao ser exposto à opinião pública. É verdade que sua publicização não foi intensa nos EUA, mas ela foi suficiente para inviabilizar a proposta. Isso mostra, de maneira extrema, o quanto a figura do *defense intellectual* é oposta a do intelectual público. Pois enquanto o primeiro funciona como um ideólogo que procura revestir supostos interesses nacionais de uma grossa camada retórica positivista, o segundo deve, pelo menos em tese, expor ao escrutínio crítico as relações de força e as operações semânticas que articulam esses mesmos interesses. Pelo menos, parece ter sido esse o papel assumido por alguns críticos acerbos da política externa americana, que fazem sua aparição no espaço público daquele país por volta da segunda metade da década de 1960. Influenciados pelo relativo sucesso do Movimento por Direitos Civis e energizados pela resistência à guerra do Vietnã, alguns acadêmicos americanos se revoltaram contra a complacência de sua sociedade em relação à condução da política exterior do país. Em sua maioria jovens com inclinações esquerdistas, esses intelectuais constituíram espaços alternativos de debate, dentro e fora dos meios acadêmicos.²⁴ A figura mais proeminente desse movimento, o intelectual público americano por excelência, é Noam Chomsky. Professor de lingüística do MIT desde 1955, Chomsky de fato pertence a uma geração anterior.

Chomsky tem sido um crítico veemente da política externa americana, da guerra do Vietnã aos dias de hoje. É interessante notar que uma de suas primeiras contribuições ao debate público, o livro *American Power and the New Mandarins* (CHOMSKY, 1968) versa exatamente sobre o papel dos intelectuais nos debates a respeito da guerra do Vietnã. Por um lado o autor identifica a contribuição dos *defense intellectuals*, batizados por ele de “novos mandarins”, na criação de justificativas para as ações genocidas dos EUA no Vietnã. Por outro, a complacência do resto da academia ame-

²⁴ Um exemplo desse movimento foi a criação, em 1974, da revista *Latin American Perspectives* por um grupo de latino-americanistas marxistas (OUR Views, 1974).

ricana que se acomoda no apoio de uma ideologia imperialista que lhes rende proveitos diretos e indiretos. Ou seja, o intelectual público Chomsky identifica de pronto seu antípoda: o *defense intellectuals*.

Porém, há uma ironia na posição de Chomsky que talvez escape ao observador menos atento. Sua especialidade acadêmica, ou seja, a disciplina na qual ele se tornou famoso mundo afora, não é a política ou a sociologia, ou mesmo a história, mas sim a lingüística. Ou seja, enquanto comentador político, Chomsky pode se valer apenas de maneira marginal de seu prestígio acadêmico. Ao contrário de um Sartre, Bourdieu ou Habermas, verdadeiros intelectuais públicos, Chomsky é um intelectual e uma figura pública. Seja por isso, ou pela tradição anti-esquerdista da sociedade americana, as críticas de Chomsky e de outros intelectuais públicos menos famosos ficam geralmente restritas aos meios de comunicação de esquerda, de circulação limitada. Esses intelectuais raramente se fazem ouvir na mídia de massas, seja ela televisiva ou impressa, e portanto, têm pouca influência sobre a opinião pública.

Conclusão

Em um texto denominado *Philosophy as Stand-In and Interpreter*, Jürgen Habermas (1990) defende que o papel do filósofo contemporâneo não deve ser mais o de tentar formular um grande sistema onde todas as ciências encontrem seu lugar próprio, mas o de traduzir e interpretar de modo compreensível e moralmente significativo para a opinião pública os vários saberes produzidos pelos especialistas em ciência, moral e arte. Em um mundo cada vez mais dominado por imperativos tecnicistas, pensa Habermas, a democracia depende muito de que os cidadãos comuns compreendam aquilo que está em jogo no debate político, e possam, assim, formar opiniões informadas. Essa proposta soa como um pequeno manifesto em prol da valorização do papel do intelectual público nas sociedades modernas, papel esse que Habermas de fato assumiu na Alemanha e, mais recentemente, na comunidade Européia.

Entretanto, o chamado de Habermas parece não ecoar do outro lado do Atlântico. Nossa análise do caso americano mostra que, assim como a geopolítica que está nesse momento sendo desenvolvida, a produção acadêmica dos *defense intellectuals* do passado, seja da teoria da modernização, da estabilização política, e várias outras²⁵, se

²⁵ Por falta de espaço, nos limitamos a essas duas abordagens e a alguns exemplos de projetos governamentais que envolviam *defense intellectuals*. Ligações entre interesses geopolíticos do governo americano e o conteúdo e direção da produção acadêmica podem ser feitos também em relação aos chamados estudos do corporativismo e os estudos das transições democráticas – só para citar duas abordagens influentes que sucederam as que foram examinadas nesse texto.

fez fora do espaço público. Nossa análise do caso americano não incluiu debates mais recentes como, por exemplo, o que se deu a respeito da participação do governo Reagan no financiamento e treinamento de movimentos de guerrilha anticomunistas na América Central, ou aquele que precedeu a segunda Guerra do Golfo. Em ambos os casos, vozes advindas do meio acadêmico se levantaram contra a política governamental. Contudo, o acesso dessas vozes aos meios de comunicação de massa continuou mínimo. Ademais, essas vozes discordantes não conseguiram conquistar a hegemonia sequer na universidade, que como instituição se manteve neutra em ambos os casos.

O exemplo histórico do caso americano nos força a refletir sobre a maneira como concebemos o ensino universitário no Brasil, presente e futuro, e sobre o valor que a autonomia universitária deve ter para uma democracia que faz jus ao nome. É claro que é sempre tentador explicar o estado de coisas nos EUA como um produto da cultura pragmática e antiintelectualista americana; como um tipo de subproduto do *Volksgeist* daquela nação. Contudo, escolhemos aqui um caminho diferente, o de indicar as articulações institucionais que tornaram possíveis a produção de *defense intellectuals*, contribuindo, ao mesmo tempo, para a míngua do espaço público aberto àqueles *intelctuals* que não foram cooptados.

Referências

- ARNOVE, R. F. **Philanthropy and cultural imperialism**: the Foundations at Home and Abroad. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1982.
- BALL, T. American Political Science in Its Postwar political context. In: FARR, J. ; SEIDELMAN, R. (Org.). **Discipline and history**: political science in the United States. Ann Arbor: Michigan Univ. Press, 1993.
- BENTLEY, A. F. **The process of government**: a study of social pressures. Chicago: Chicago Univ. Press, 1908.
- BERGER, M. T. **Under northean eyes**: Latin American Studies and U.S. hegemony in the American, 1898-1990. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1995.
- BERMAN, E. H. **The influence of the Carnegie, Ford and Rockefeller Foundations on American Foreign Policy**: the ideology of philanthropy. Albany: New York Press, 1983.
- BOYER, P. A brief history of the end of time. **New Republic**, p.30-4, 1993.

- BURKE, M. J. Intellectual and Intellectuals: adjectives, actors and antagonisms in American Public discourse. In: CONFERENCE OF THE HISTORY OF CONCEPTS, 5., 2003, Bilbao. **Paper**... Bilbao, 2003.
- CHOMSKY, N. **American power and the new mandarins**. New York: Pantheon, 1968.
- DAHL, R. The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest. In: FARR, J. ; SEIDELMAN, R. (Org.). **Discipline and history: political science in the United States**. Ann Arbor: Michigan Univ. Press, 1972.
- EASTON, D. **The political system: an inquiry into the State Political Science**. New York: Knopf, 1953.
- ELSHTAIN, J. B. Why public intellectuals? **Wilson Quarterly**, v.25, n.4, p.43-51, 2001.
- FERES JUNIOR, J. Pragmatic remarks on the relevance of political theory to the other subfields of political sciences. In: THIRD ANNUAL SPTSA THEORY MINI-CONFERENCE, 2001, New York. **Paper**...New York: New York Graduate Center, 2001.
- FOSTER-CARTER, A. From Rostow to Gunder Frank: conflicting paradigms in the analysis of underdevelopment. **World Development**, v.4, n.3, 1976.
- GORDON, L. The alliance at Birth: Hopes and Fears. In: SCHEMAN, L. R. (Org.). **The Alliance for Progress: a retrospective**. New York: Praeger, 1988.
- GUNNELL, J. G. **Between philosophy and politics: the alienation of political theory**. Amherst: Massachusetts Univ. Press, 1986.
- GUNNELL, J. G. American political science, liberalism and the invention of political theory. **American Political Science Review**, v.82, n.1, p.71-87, 1988.
- GUNNELL, J. G. **The descent political theory: the genealogy of an American vocation**. Chicago: Chicago Univ. Press, 1993.
- HABERMAS, J. **Moral consciousness and communicative action**. Cambridge: MIT Press, 1990.
- HALLIBURTON, D. John Dewey: a voice that still speaks to US. **Change**, v.29, n.1, p.24-30, 1997.
- HANSON, S. G. **Five years of the Alliance for Progress: an Appraisal**. Washington: Inter-American Affairs Press, 1967.
- HERSH, S. Selective Intelligence: Donald Rumsfeld has his own special sources are the reliable? **New Yorker**, 2003.
- HOROWITZ, I. L. **The rise and fall of Project Camelot: studies in the relationship between Social Science and Practical Politics**. Cambridge: MIT Press, 1967.

- HOROWITZ, I. L. (Ed.). **The use and abuse of Social Science**. New Brunswick: E.P. Dunton, 1971.
- HUGGINS, M. K. **Policia e política: relação Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUNTINGTON, S. P. **Changing patterns of military politics**. New York: Free Press, 1962.
- HUNTINGTON, S. P. Political development and political decay. **World Politics**, v.17, n.3, 1965.
- HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale Univ. Press, 1968.
- JOHNSON, J. J. The Latin-American military as a politically competing group in transitional society. In: _____. (Org.). **The role of the military in underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1962a. p. 91-130.
- JOHNSON, J. J. (Ed.). **The role of the military in underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1962b.
- JOHNSON, J. J. **The military and society in Latin America**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1964.
- KLARE, M. (Ed.). **The university military police complex: a directory and related documents**. New York: NACLA, 1970.
- KRISTOL, I. American intellectuals and foreign policy. **Foreign Affairs**, v.45, n.4, p.594-610, 1967.
- LATHAM, M. E. ideology, social science, and destiny: modernization and the Kennedy-Era Alliance for Progress. **Diplomatic History**, v.22, n.2, p.199-31, 1998.
- LATHAM, M. E. **Modernization as ideology: American social science and Nation Building in the Kennedy Era**. Chapel Hill: North Carolina Univ. Press, 2000.
- LERNER, D. **The passing of traditional society: modernizing the Middle East**. Glencoe: Free Press, 1967.
- LEVINSON, J. ; ONÍS, J. D. **The Alliance that lost its way: a critical report on the Alliance for Progress**. Chicago: Quadrangle Books, 1970.
- LOWEN, R. S. **Creating the Cold War University**. Berkeley: California Univ. Press, 1997.
- McCALL, R. L. The Alliance for Progress: An appraisal. In: HUBBARD, W. A A A (Org.). **Central American recovery and development: task force report to the International Commission for Central American Recovery and Development**. Durham: Duke Univ. Press, 1989.

- McCAUGHEY, R. A. **International studies and Academic Enterprise**: a chapter in the enclosure of American Learning. New York: Columbia Univ. Press, 1984.
- MILLIKAN, M. F. ; BLACKMER, D. L. M.: **Their Growth and United States policy**. Boston: Little Brown, 1961.
- NOVICK, P. **That noble dream**: the Objectivity Question and the American historical profession. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1988.
- OAKES, G. ; VIDICH, A J. **Collaboration, reputation and ethics in American Academic Life**: Hans H. Gerth and C. Wright Mills. Urbana: Illinois Univ. Press, 1999.
- OUR Views. **Latin American Perspectives**, v.1, n.1, 1974.
- PACKENHAM, R. A **The dependency movement**: scholarship and politics in development studies. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1992.
- PARKER, P. R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PARKER, P. R. **Brazil and the quiet intervention**: 1964. Austin: Texas Univ. Press, 1979.
- PARSONS, T. **The social system**. Glencoe III: Free Press, 1951.
- POWELL, 1965. Falta Referência. Citado p. 17
- PYE, L. Armies in the process of political modernization. In: JOHNSON, J. J. (Org.). **The role of the military in underdeveloped countries**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1962. p.69-90.
- RICHARDS, T. F. **The cold war at Rutgers University**: a case study of the dismissals of professors Heimlich, Finley, and Glasser. [S.l.]: Rutgers University, 1986.
- ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-comunist manifest. New York: Cambridge Univ. Press, 1960.
- SANDERS, H. Resurgent cold war ideology: the case of the Committee on the present danger. In: FAGEN, R. R. (Org.). **Capitalism and the State in US-Latin American relations**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1979.
- SANDERS, J. **Cold war on the campus**: Academic freedom at the University of Washington, 1946-64. Seattle: Washington Univ. Press, 1979.
- SIMPSON, D. (Ed.). **Universities and empire**: money and politics in the social sciences during the cold war. New York: The New Press, 1998.
- SKINER, B. F. **About behaviorism**. New York: Knopf, 1974.
- TOLSON, J. All thought out? The intellectuals are dead! Long live the intellectuals. **U.S. News & World Report**, v.132, n.7, p.54-7, 2002.

João Feres Júnior

WALLERSTEIN, I. The unintended consequences of cold war area studies. In: CHOMSKY, N. (Org.). **The cold war and the University**. New York: The New Press, 1997.

WEINER, M. **Modernization**: the dynamics of Growth. New York: Basic Books, 1966.

WINKS, R. **Cloak and gown**: scholars in the secret war 1939-1961. New Haven: Yale Univ. Press, 1987.

— ** —

RESUMO: Neste artigo, examinaremos um pouco da história das relações entre academia e serviço público nos EUA no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de ressaltar as qualidades individuais dos principais intelectuais desse período, tentamos identificar os fatores institucionais e políticos que contribuíram para a consolidação de um trânsito entre o discurso especializado da academia e ações políticas que, às vezes, passaram ao largo do debate público. Entre outras coisas, pretendemos mostrar que, no caso em questão, a lógica exterior do discurso acadêmico não era a mesma da lógica de reprodução da academia como instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; ciências sociais; Guerra Fria; EUA; debate público.

ABSTRACT: In this paper we examine the history of the relations between the academy and the public service in the USA, soon after the Second World War. Instead of emphasizing the individual qualities of the prominent intellectuals of the period, we try to identify the institutional and political factors that contributed for a dialogue between the specialized academic discourse and the political actions that, sometimes, were far from the public debate. Among other things, we intend to show that the exterior logic of the academic discourse was not the same logic of reproduction of the academy as an institution.

KEYWORDS: Intellectuals; social sciences; Cold War; USA; public debate.